

Diego Omar da Silveira

O Sagrado e a Questão Social

ALMEIDA, Ivan Antonio de. *A síntese de uma tragédia. O Movimento Fé e Política.* Ouro Preto: Editora da UFOP, 2000.

Como considerava Marco Antonio Villa, na apresentação de *A síntese de uma tragédia*, aquele era um livro incomum, pois não apenas enfrentava “uma polêmica atual no panorama intelectual brasileiro”, tento que permanece raro nos ambientes acadêmicos, como se dedicava a debater e criticar a Teologia da Libertação, que, ainda naquele momento, contava com enorme respaldo da mídia e das universidades, aparecendo quase sempre como a mais abalizada intérprete do complexo panorama religioso atual. Cerca de uma década mais tarde, parece-nos que as análises de Ivan Antonio de Almeida continuam, tanto quanto antes, instigantes e provocativas. Longe de nos arrebatarmos por completo com seus argumentos e fugindo, portanto, de unanimidades, ela permanece suscitando, no entanto, um saboroso desejo de embrenhar pela história do catolicismo brasileiro da segunda metade do século XX, em busca de evidências históricas que coloquem em xeque as grandes narrativas e interpretações consagradas no universo das ciências sociais brasileiras. Ademais, o manejo de uma “bibliografia raramente utilizada em teses escritas no Brasil dos anos 1990”, acaba conferindo ao texto uma argumentação forte e heterodoxa, não facilmente previsível e, por isso mesmo, bastante incomum nos estudos sobre religião e política.

Na realidade, a leitura do livro, que tem em sua origem a tese de doutorado defendida por seu autor na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, parece nos encaminhar desde o início para uma desconfiança positiva, fruto do próprio ofício do historiador, com relação às verdades políticas que acabaram se consagrando e, com isso, conquistando “espantosa influência e longevidade”. Como Ivan Antonio de Almeida salientava em outros textos seus, historicamente, os muitos investimentos críticos contra os modelos de luta política consolidados ao longo dos dois últimos séculos no campo das esquerdas, tenderam a estar associados ao conservadorismo ou ao desejo reacionário de tonificar o passado, salvaguardando os privilégios dos que ocupam as esferas do poder e protegendo-os de grandes transformações sociais. Por isso, questionar a “sacralização da política” e a “dessacralização da religião”, em um encontro que na maioria das análises aparecia realçado em seu aspecto reverso – o de propulsor de uma nova consciência social da massa católica – parece ter sido um desafio (enfrentado com coragem) que, por inúmeras vezes, precipitou seu autor no “fio da navalha”. Primeiro, porque muitas das críticas feitas a Teologia da Libertação compunham, de fato, um coro de apoio à ala direita da Igreja Católica, e, em segundo lugar, porque a maioria dos autores ligados a essa corrente teológica (bem como uma parte significativa de seus estudiosos) apareciam na cena pública como intelectuais ligados aos movimentos sociais e aos partidos políti-

cos de esquerda, ainda muito envolvidos com o ideal de um “socialismo democrático” e movidos por todo um arcabouço teórico/prático do marxismo. Saltar sobre essas dicotomias e encontrar novos ângulos de análise parecem ter sido os grandes objetivos da tese.

Mantendo-se fiel ao legado marxiano, o autor de *A síntese de uma tragédia*, busca, ao longo de todo o texto, promover uma leitura não anacrônica dos conceitos utilizados por Karl Marx e Friedrich Engels, sobretudo em suas polêmicas com Mikhail Bakunin, para levar os seus leitores a uma percepção da trágica institucionalização dos movimentos sociais em partidos e das religiões em Igrejas, ambos transformados em “fins em si próprios” e distanciados paulatinamente dos seus propósitos iniciais. A desilusão com a possibilidade de os partidos atenderem às demandas populares e de pautarem-se por uma organização coletiva horizontal, emerge na constatação do autor de que mesmo partidos que guardavam inicialmente tais intenções, acabaram se transformando em meros mecanismos para assegurar a “partilha ou a gestão da sociedade capitalista” e não a sua verdadeira transformação.

Em seu conjunto, o livro ilustra percursos de institucionalização, que minam, nas Igrejas e no Estado, as possibilidades de auto-organização das comunidades, sejam elas religiosas ou políticas, bloqueando com isso o desenvolvimento de novas formas de sociabilidade e de organização, capazes de modificar a sociedade *de baixo para cima* e não *de cima para baixo*, como tem ocorrido tradicionalmente, mesmo diante de quadros revolucionários. Para tanto, o autor, que já havia discutido em sua dissertação de mestrado a organização dos trabalhadores em comitês de fábrica autônomos, recorre agora à experiência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), para ilustrar como esse novo modelo de organização da Igreja Católica, que em princípio significavam apenas “um espaço aberto por uma instituição para estimular a auto-organização do povo”, acabou por ser incorporada a uma “ideologia pré-concebida que organizava o povo”, ideologia esta representada, para Ivan Antonio, pela Teologia da Libertação.

Pensadas inicialmente “com a intenção de estimular a fé dentro de uma sociedade secular” (p. 106), através de uma experiência comunitária e religiosa voltada para a construção de novos laços de solidariedade entre os seus membros, as CEBs vão se transformando, à medida que adquirem uma roupagem mais política e um discurso teológico mais sólido, em movimentos populares que caminharão de braços dados com a luta partidária no contexto da redemocratização do país e nos anos que sucedem a ditadura militar. Na argumentação, do autor, tal movimento evidencia um percurso que leva da *ação direta* e do desejo manifestado de *realização do homem como ser humano* (transformado em senhor da sua própria história) para uma militância voltada para os “canais mais tradicionais de expressão política da democracia burguesa”, onde ocupam um papel central os partidos e políticos profissionais e de onde “desaparece a comunidade como uma unidade de decisão e ação” (p. 258^{ss}). Retomadas algumas vezes ao longo do trabalho, as falas de uma das mais importantes lideranças da chamada “ala progressista” da Igreja ilustram com clareza o argumento central do autor. Para dom Paulo Evaristo Arns, assim como para Ivan Antonio, as CEBs deveriam “dar um outro fundamento” à vida e à espiritualidade das comunidades cristãs, uma alternativa à institucionalidade da paróquia, motivando sobretudo a solidariedade. Como considerava o arcebispo de São Paulo: “essa solidariedade pode se manifestar no socialismo, pode se manifestar de di-

versas formas, mas aí já não é conosco. O problema político não é nosso dever enquanto Igreja. Nós organizamos o povo na vida solidária, mas organizar politicamente não é o nosso prisma” (p. 109).

Racionalizadas pela teologia e pela base da sociologia marxista que embasa boa parte dos teólogos da libertação, mesmo os traços mais autênticos do povo, de suas lutas históricas e de sua espiritualidade, se desvanecessem diante de um discurso que sempre tenderá para análises de cunho científico, dessacralizadas, portanto, desde a sua raiz. Ivan Antônio vê nas construções teológicas dos latino-americanos, a síntese de um encontro entre a ânsia de cientificidade da Europa moderna e jeitos muito distintos de vivenciar a fé que acabam sendo devorados pelas exigências institucionais de “unidade ideologia” e pela construção de movimentos que ao unirem *fé e política*, submetem a fé aos conceitos e aos imperativos do mundo da política. A princípio voltadas para um “ideal de mudança social que parta de todos os interessados” (p. 96), as CEBs vão ganhando contornos que as lançam em “projetos políticos mais radicais” que pareciam reclamar, como consideravam vários analistas ligados ao CEBRAP, “uma lúcida participação na sociedade civil e na reestruturação partidária e política, condição necessária para radical transformação social almejando a emergência de relações sociais fraternais e solidárias” (*apud* p. 97).

Como nota o autor, em espaços como os Encontros Intereclesiais, onde se deveria promover o intercâmbio democrático de experiências e perspectivas, dando-se a palavra ao povo para produzir novas lideranças, as orientações logo passarão dos membros das CEBs para “as mãos de um grupo de ‘peritos’, em condições de dar, à ‘caminhada’, uma direção mais definida” e mesmo “predeterminada”. E continua acentuando que “o problema não é a capacitação dessas bases populares, como se poderia pensar à primeira vista, o problema é o poder. O termo ‘perito’, de uso comum em todas as facções da hierarquia, procura legitimar a manutenção do controle político por parte da hierarquia”, seja ela ligada às diretrizes romanas ou organicamente associada em torno da noção de “Igreja Popular”. Com essa espécie de instrumentação que praticam teólogos e cientistas sociais sobre a organização das comunidades cristãs, Ivan Antonio aponta para os riscos de uma repetição (consciente ou não) da “velha prática dos partidos de esquerda, onde uma cúpula de dirigentes fala em nome dos dirigidos. Esta prática esta em total desacordo com a apologia que os ideólogos da libertação fazem dos ‘oprimidos’ e da importância dos ‘leigos’. Mostra, na verdade, que a questão é a disputa de poder dentro da hierarquia, onde os ‘oprimidos’, novamente, só aparecem através dos seus representantes (p. 203).

A religião cristã, para Ivan Antonio, “como qualquer religião implica num reencontro do homem com Deus, através de práticas que o transformem, que o libertem do seu ego, dos seus apegos, das suas misérias, das suas condições, enfim, que lhe possibilitem esse novo encontro com a divindade. Qualquer prática que não transforme o homem nesse sentido, não pode ser considerada uma prática religiosa. *A transformação individual é uma pré-condição para qualquer transformação social*, caso contrário, as mudanças sociais serão apenas mudanças aparentes” (p. 262, *grifo no original*). E é para salvaguardar essa consciência individual que sua perspectiva é sempre a da auto-organização. Reforçando o que concebe como uma concepção verdadeiramente religiosa, o que é possível é dar referências que serão praticadas de acordo com o entendimento de cada um dos indivíduos que participem de uma comunidade (seja ela de fé ou de ideias). Unindo a perspectiva esotérica de René Guenón às discussões entre marxistas e anarquistas, no

caso das lutas por transformações sociais, Ivan Antonio conclui que “o domínio da luta é da ação, ou seja, o domínio individual e temporal; o ‘motor imóvel’, produz e dirige o movimento sem se arrastar por ele; o conhecimento ilumina a ação sem participar nas suas vicissitudes; o espiritual guia o temporal sem se misturar nele” (p. 148).